

Cartas político-afetivas contra o racismo na pós-graduação

Political-affective letters against racism in postgraduate studies

Cartas político-afetivas contra el racismo en los postgrados

Victor de Jesus¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v29i66.1870>

Resumo: As Leis n. 10.639/2003 e 12.711/2012 impactaram profundamente as universidades brasileiras, seja pelo aumento expressivo de estudantes negros/os nas universidades, seja pela demanda de um currículo afrocentrado e de docentes negros/os, seja pela inclusão da disciplina de Educação para as Relações Étnico-Raciais nos cursos de licenciatura, para atender às demandas de uma educação básica antirracista. No entanto, a pós-graduação brasileira segue sendo um espaço predominantemente branco, tanto na corporalidade de docentes e discentes quanto nos saberes eurocentrados que marcam o epistemicídio dos conhecimentos produzidos pelas intelectualidades negras. Por isso, este ensaio busca contemplar diferentes experiências-narrativas pessoais na pós-graduação, utilizando da carta como recurso político-metodológico narrativo. Desse modo, assumo minha narrativa autobiográfica enquanto discente, pesquisador e docente para discutir o racismo universitário na pós-graduação a partir da escrita de cartas para a minha orientadora, para as instituições de pesquisa e para as/os discentes da disciplina que ofertei, contextos nos quais a carta adquire finalidades terapêutica-imaginativa, manifesto-interpelativa e/ou pedagógica-afetiva. Por fim, considero que uma educação antirracista passa necessariamente por um currículo afrocentrado ético-político-estético-poético que acolha as experiências-narrativas negras e promova o desenvolvimento humano, intelectual e afetivo em cada sujeito.

Palavras-chave: educação antirracista; currículo afrocentrado; autobiografia.

Abstract: The Laws n. 10.639/2003 and 12.711/2012 had a profound impact on Brazilian universities, whether by the significant increase in black students at universities, by the demand for an afro-centered curriculum and black teachers, or by the inclusion of the subject of Education for Ethnic-Racial Relations in undergraduate courses, to meet the demands of anti-racist basic education. However, Brazilian postgraduate studies continue to be a predominantly white space, both in the corporeality of teachers and students, and in the Eurocentric knowledge that marks the epistemicide of knowledge produced by black intellectualities. Therefore, this essay seeks to

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil.

contemplate different personal experiences-narratives in postgraduate studies using the letter as a political-methodological narrative resource. In this way, I assume my autobiographical narrative as a student, researcher and teacher to discuss university racism in postgraduate studies by writing letters to my advisor, to research institutions and to the students of the discipline I offered, contexts in which the letter acquires therapeutic-imaginative, manifesto-interpellative and/or pedagogical-affective purposes. Finally, I consider that anti-racist education necessarily involves an afro-centered ethical-political-aesthetic-poetic curriculum that embraces black experiences-narratives and promotes human, intellectual and affective development in each person.

Keywords: anti-racist education; afro-centered curriculum; autobiography.

Resumen: Las leyes n. 10.639/2003 y 12.711/2012 tuvieron un profundo impacto en las universidades brasileñas, ya sea con el aumento significativo de estudiantes negros en las universidades, ya sea por la demanda de un currículo afrocentrado y docentes negros, o por la inclusión de la asignatura de Educación de Relaciones Étnico-Raciales en cursos de pregrado, para atender las demandas de la educación básica antirracista. Sin embargo, los estudios de posgrado brasileños siguen siendo un espacio predominantemente blanco, tanto en la corporalidad de profesores y estudiantes como en el conocimiento eurocéntrico que marca el epistemicidio del conocimiento producido por la intelectualidad negra. Por ello, este ensayo busca contemplar diferentes experiencias-narrativas personales en los estudios de posgrado utilizando la carta como recurso narrativo político-metodológico. De esta manera, asumo mi narrativa autobiográfica como estudiante, investigador y docente para discutir el racismo universitario en los estudios de posgrado escribiendo cartas a mi asesor, a instituciones de investigación y a los estudiantes de la disciplina que ofrecí, contextos en los que la carta adquiere finalidades terapéutico-imaginativa, manifiesto-interpelativa y/o pedagógico-afectiva. Finalmente, considero que la educación antirracista pasa necesariamente por un currículo ético-político-estético-poético afrocentrado que abarque las experiencias-narrativas negras y promueva el desarrollo humano, intelectual y afectivo de cada persona.

Palabras clave: educación antirracista; currículo afrocentrado; autobiografía.

1 INTRODUÇÃO

Em 2003, foi instituída a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, pela Lei n. 10.639¹ (Brasil, 2003), instrumentalizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004). Somado a isso, a Lei n. 12.711 (Brasil, 2012), também conhecida como Lei de Cotas, instituiu a reserva de vagas por critérios sociais e raciais nas Instituições Federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio, e, com isso, possibilitou que uma gama de estudantes negros/os adentrasse os cursos de graduação das universidades brasileiras.

¹ Essa lei foi responsável pela alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 1996).

Assim, lidas em conjunto, a Lei n. 10.639/2003 e a Lei n. 12.711/2012 dialogaram com duas demandas históricas do Movimento Negro Brasileiro: a de acesso à educação e a de um currículo escolar que refletisse sobre o racismo brasileiro e a histórica contribuição cultural, política, econômica e social da população africana e seus descendentes. Dessa maneira, alguns cursos têm incluído a disciplina de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no currículo da licenciatura, enquanto se verifica um aumento de discentes negras/os nas universidades brasileiras.

Nesse cenário de impactos, é importante destacar que, não por acaso, esse aumento de estudantes negras/os na graduação foi acompanhado tanto de um questionamento do currículo universitário predominantemente eurocêntrico e branco quanto de uma demanda por um currículo afrocentrado e por docentes negras/os na universidade. Isso porque em 2005, por exemplo, José Jorge de Carvalho (2006) identificou que 99,6% das/os docentes das maiores universidades brasileiras eram brancas/os, enquanto apenas 0,4% eram negras/os e não havia docentes indígenas. Esta é uma realidade que ele denominou como “confinamento racial”, isto é, uma segregação racial que torna a ciência e as universidades brasileiras um espaço predominante branco, e faz com que haja, portanto, uma racialidade branca no lugar de produção da pesquisa e do saber que ancora o racismo acadêmico.

Nesse sentido, o confinamento racial de docentes brancos que não têm letramento racial nem compromisso com a equidade racial tem promovido um epistemicídio, ou seja, um apagamento dos saberes produzidos e vivenciados pela população negra brasileira, conforme ensina Sueli Carneiro (2023). Desse modo, enquanto apaga os corpos negros, a academia promove um embranquecimento do conhecimento universitário e expulsa tais corpos desses espaços, o que a torna “[...] um espaço privilegiado de produção do saber científico sob a égide da racionalidade ocidental moderna e que, ao mesmo tempo, é espaço de expressão da branquitude” (Gomes, 2010, p. 511).

Em razão disso, Nilma Lino Gomes (2010) convoca os/as pesquisadores/as negros/as a refletirem o caráter político da pesquisa e seus respectivos papéis enquanto produtores/as de conhecimento, buscando explicitar os mecanismos do racismo e da dominação racial presentes na ciência, na universidade e na sociedade. A autora convida cada pesquisador/a negro/a a tomar a própria vivência

racial como ponto de partida, participar (democratizar e pluralizar, portanto) dos espaços de poder e decisão no campo da pesquisa científica e romper com a ciência e a universidade racista pretensamente neutra.

É com esse convite, e em diálogo com as pesquisas narrativas e proposições metodológicas de Andreia Teixeira Ramos (2019, 2021a, 2021b) e Patrícia Baroni (Ecologias [...], 2021), que embarco nessa travessia afrodiaspórica por outras ecologias, as quais são insubmissas do narrar. Com elas, aprendi a importância de sujeitos negros narrarem suas experiências, insurgências, potências e afetos nos *espaçostempos* educativos – mais precisamente aqui na formação universitária – e seus modos ético-político-estéticos-poéticos de interpretar, viver, agir e se relacionar no/com o mundo (acadêmico, inclusive), possibilitando, dessa maneira, a emergência de narrativas de pesquisadoras/es negras/os sob a forma de cartas, cartões postais, diário de campo, caderno, escritas, imagens, sons, movimentos, conversas, diálogos amorosos e afetos, vivenciados dentro e fora da universidade.

Por isso, busco tecer minhas diferentes experiências-narrativas enquanto um sujeito negro na pós-graduação, a partir da carta como recurso político-metodológico narrativo, seja como discente de mestrado, seja como pesquisador no doutorado, seja como docente no pós-doutorado. Assim, aciono a carta como possibilidade de elaborar afetos, questionar vivências e imaginar outros modos possíveis.

A seguir, apresento 3 cartas de diferentes vivências pessoais na pós-graduação. A primeira carta, endereçada e não submetida à minha orientadora, atende a uma finalidade terapêutica e imaginativa de ressignificar minhas vivências traumáticas na orientação do mestrado. Já a segunda carta, endereçada e não submetida às/aos pesquisadoras/es e às instituições das ciências sociais, tem uma finalidade de manifesto-interpelação. Enquanto a última carta, efetivamente enviada às/aos discentes da disciplina “*Laboratório de Pesquisas Racializadas*” que ofertei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), consiste em uma autoavaliação com finalidade pedagógica e afetiva.

2 CARTA PARA UMA ORIENTADORA BRANCA MARXISTA

Prezada orientadora,

Poderia começar esta carta perguntando como você está, afinal alguns anos

se passaram desde nosso último encontro, na defesa da minha dissertação. Mas a verdade é que não estou sinceramente interessado em saber sobre você. Esta não é uma carta de velhos amigos.

Sei que muitas/os estudantes passaram pela sua vida, mas sei também que não preciso me identificar muito, pois certamente você se lembra de mim. Embora não saiba de que forma você se lembra de mim, já que nossa memória é seletiva e, por vezes, até ficcional, nublando elementos da realidade com outros da fantasia e da projeção.

Pois bem, gostaria de lhe dizer brevemente um pouco sobre como ando, e que esses dias eu me lembrei de você. Achei que fosse pertinente, e até terapêutico, escrever a você, dizer algumas coisas que nunca pudemos conversar e que só hoje consigo elaborar.

Você se lembra de quando nós nos conhecemos? Eu escolhi você como orientadora sem nem mesmo tê-la conhecido. Foi uma escolha pragmática: você era quem mais se aproximava do meu tema de pesquisa, e eu precisava escolher alguém ainda no processo seletivo do mestrado. Então, por afinidade temática, eu escolhi você. Nós nos conhecemos algum tempo depois, enquanto eu cursava o mestrado, e fomos criando uma afinidade, um laço afetuoso de muito carinho e respeito.

Durante o curso, era evidente meu afeto por você. Toda vez que alguém perguntava quem era minha orientadora, eu dizia seu nome desmanchando, com um sorriso enorme no rosto, com uma textura doce na voz e uma expressão facial de alguém agraciado. É estranho pensar como isso mudou, pois falar seu nome hoje envolve um pesar, um tom sério e um desgosto. Fomos de um extremo para outro. Você se lembra de quando tudo mudou? Eu me lembro, perfeitamente!

Tudo mudou quando minha pesquisa passou a ser racializada, após a banca de qualificação. Na banca, um professor negro sugeriu que eu aprofundasse a questão racial do meu objeto de análise, e uma professora branca me apresentou um conceito que me ajudaria muito para isso, enquanto uma outra professora branca, especialista no meu objeto, e que seria minha coorientadora, resolveu se retirar da pesquisa caso eu fosse por esse caminho: de abordar o meu objeto por uma perspectiva interseccional. Na época, eu nem conhecia esse conceito de interseccionalidade.

Durante a banca, você não questionou a proposta de racializar a minha pesquisa; pelo contrário, você disse que era esse o caminho para o qual apontava.

Após a banca, no corredor, você me motivou a seguir com a pesquisa a partir das proposições e provocações da banca. Aliás, você até mesmo consentiu que aquela professora branca especialista, que seria minha coorientadora, não tinha mais como contribuir para o nosso trabalho, mesmo ela sendo sua parceira de pesquisa.

Então, muito dedicado, resolvi ir a fundo na questão racial do meu objeto de pesquisa. Resolvi fazer uma busca varredura, tipo sistema antivírus, para ver como o meu campo de pesquisa, a área do Instituto onde fazia o mestrado, racializava as pesquisas. No esforço de ser acadêmico, pesquisei todas as teses e dissertações do Instituto e computei quantas e quais tratavam da temática racial. Pesquisei quantos artigos no SciELO tratavam do meu objeto de pesquisa de forma racializada. Problematizei essas lacunas, esses silêncios, essas dinâmicas do racismo, que consistem em invisibilizar a racialidade dos problemas sociais, retroalimentando o racismo epistemológico, o epistemicídio e o racismo estrutural.

Foi aí que tudo mudou. Você leu meu material inicial, marcou uma reunião e se apresentou. Eu a vi ali de um jeito que eu nunca havia visto antes. Você estava séria. Você disse inúmeras coisas, você fez críticas que nunca havia feito a mim, ao meu texto, ao meu modo de fazer pesquisa. Será que aquela reunião marcou você como me marcou? Você se lembra das coisas que me disse naquela reunião? Eu anotei algumas na hora, no meu bloquinho laranja de anotações de pesquisa, orientações e ideias.

Você se lembra de me dizer que o meu objeto de pesquisa não era uma boa variável para medir as desigualdades raciais? Que aquilo era vitimismo? Que eu estava apaixonado pela questão racial e não conseguia me distanciar do objeto? Que eu iria propor eugenia às avessas daqui a pouco? Que meu trabalho não era acadêmico-científico? Que parecia um panfleto, um manifesto? Que aquilo não estava no padrão de uma dissertação? Que eu só reclamava? Que minha escrita era triste? Que havia erro metodológico na minha pesquisa? Que ali não era o lugar de falar disso (sobre racismo)? E que vocês acreditavam na luta de classes?

Eu não ouvi isso passivo. Meu corpo falava até mesmo quando eu não abria a boca. Eu estava com os olhos arregalados e balançava a cabeça negativamente, sentado numa mesa, com você em pé. Depois de muito escutá-la destruindo o meu trabalho e a mim, eu refutei, disse que aquilo não se sustentava e que os seus argumentos eram questionáveis. Eu entendi o que estava acontecendo ali. Você também. Tanto que, logo em seguida, você mesma disse: “Você deve estar

pensando que eu sou racista”. E eu respondi: “Sim, você está sendo racista”. Então, você bateu com a mão na mesa três vezes, e em cada vez disse: “Eu não sou racista”, e chegou a citar que teve um amigo negro na infância. Você se lembra disso?

Você internalizou a crítica que eu fiz ao Instituto, alegando que não havia racismo no Instituto, uma vez que eu, negro, estava lá dentro. E, mais ainda, eu tinha uma bolsa. E, ainda que o Programa não tivesse cotas, havia informalmente uma cultura institucional de aprovar pessoas negras. Você ignorou os debates sobre racismo institucional e epistemológico que fazíamos. Aliás, você nunca compareceu às atividades de formação sobre questões raciais abertas a docentes, discentes e técnicos administrativos. E, na sua visão e no seu argumento nessa reunião, eu era um ingrato.

Eu sai chorando da reunião. Não sabia que um trauma havia se iniciado ali. E, ainda assim, abracei você como despedida, mesmo após você ter me violentado, mesmo tendo acabado de sofrer um assédio moral, na tentativa de invalidar minha pesquisa e fazer com que eu voltasse a pesquisar numa abordagem que fosse confortável para você. Você estava prestes a se aposentar, final de carreira, e, de algum modo, minha escrita convidava você a refletir sobre a sua branquitude e sobre como seu repertório teórico, que você acumulou durante toda uma vida, era insuficiente para lidar com a minha pesquisa. Coisas que você não queria admitir no fim da carreira.

Foi a partir desse dia que a nossa relação mudou. De uma relação amorosa, passamos para uma misto de indiferença e ressentimento, de ambos os lados, e com o agravante do meu lado, com um trauma. Dizem que “quem bate esquece, quem apanha, não”. Foi assim. Eu tive dificuldades de escrever, você me abandonou na orientação, pensei em desistir do mestrado, com o risco de ter de devolver a bolsa de pesquisa, perdi um prazo de defesa e voltei pro meu Estado. Fui fazer licenciatura e aceitei a ideia de que isso era o melhor a ser feito. Eu estava machucado, desmotivado.

Então, uma amiga preta do doutorado me acolheu e não me deixou desistir. Ela cumpriu o papel de orientadora e amiga, leu e revisou meu texto e, sobretudo, ela me motivou a seguir. Consegui um novo prazo para defender a dissertação, e soube que você agia nos bastidores para que eu não tivesse o direito de defender e fosse jubilado, já que eu estava fora do prazo. Mas eu era bolsista, tinha sido um estudante exemplar e a reprovação impactava negativamente a avaliação do

Instituto. Por isso, pude ir para o exame de defesa, quando viajei no pré-carnaval, para defender a dissertação no Rio de Janeiro.

No dia da defesa, você nem me cumprimentou, você se lembra? Sua cara era séria, e você somente dirigiu a mim para dar informações burocráticas sobre como seria a defesa. Apesar disso, eu consegui fazer uma boa defesa. Havia amigas presente na sala, e eu me emocionei numa parte da apresentação – quando apresentei um dado muito sensível sobre o genocídio da população negra. A banca me acolheu e elogiou bastante o trabalho. Mas você continuava insatisfeita e rancorosa. A banca gostou; você, não.

Você era a presidente da banca e, portanto, não tinha direito a fala, seu papel era apenas de conduzir o processo. Ainda assim, você tomou a fala no final para me avaliar e dizer sobre o quão difícil tinha sido a minha orientação, que a minha escrita era triste e que aquele trabalho não tinha contribuição científica alguma. Você se lembra disso? Você disse isso publicamente para a banca e para as pessoas convidadas, sem o menor constrangimento, sem o menor pudor. E quando eu e as minhas amigas saímos da sala para que a banca deliberasse, você tentou convencer a banca da minha reprovação. Sem sucesso, eu fui aprovado, e você tirou foto comigo e me desejou sucesso na trajetória. Esse foi o nosso último encontro.

Quero contar a você algumas coisas que aconteceram desde então. Soube depois que, nos corredores da instituição, o meu nome e meu trabalho estavam sendo desmoralizados. Eu não consegui abrir a dissertação para fazer pequenos ajustes e mandar a versão final para a biblioteca por longos oito meses. Cada vez que eu abria o documento no computador eu sentia taquicardia, sudorese, mal-estar. Era horrível. Eu estava decidido que não faria um doutorado e não seguiria na carreira acadêmica. Eu não conseguia sentir orgulho da minha pesquisa nem de mim.

Após algum tempo, fui fazer análise e, aos poucos, fui elaborando, resignificando e cicatrizando algumas dores. Você me acompanhou ao longo de muitas sessões, ainda que fisicamente não estivesse lá. Eu me dei conta do quão traumatizado estava e que você não poderia me definir. Submeti meu artigo da dissertação para uma revista Qualis A, e ele foi aceito. A partir daí, vários convites começaram a surgir para eu falar da minha temática de pesquisa. Eu entrei no doutorado e publiquei em outras revistas.

Hoje estou no pós-doutorado, dou uma disciplina de laboratório de pesquisas racializadas na pós-graduação, para que estudantes possam ter instrumental

teórico, conceitual, metodológico e afetivo para desenvolverem suas pesquisas, algo que você não me ofereceu. Eu também tenho um projeto de extensão no qual ofereço mentoria gratuita para cotistas negras/os e travestis ingressarem na pós-graduação. Com isso, tenho ajudado pessoas de diferentes lugares do Brasil a desenvolverem projetos de pesquisa, dissertações e teses de modo racializado, dando suporte emocional e acolhendo as demandas interseccionais de pesquisa.

Por fim, gostaria de compartilhar um evento da minha vida que ocorreu no mês passado. Eu fui convidado pelo Ministério da Saúde para palestrar sobre minha pesquisa do mestrado – aquela que você disse que não tinha contribuição científica alguma. Eles pagaram minha passagem, hospedagem e alimentação. Era um evento muito importante, com pessoas respeitadas e reconhecidas no campo da Saúde da População Negra, no qual pude compartilhar um pouco sobre os resultados da minha pesquisa. Estavam ali pesquisadoras/es e ativistas que lutam pela saúde da população negra, por um país com equidade e justiça racial, contra todas as formas de discriminação e desigualdades. Pessoas das quais eu havia lido textos, às quais assisti em vídeos, que são referências para mim. Elas ficaram impactadas e encantadas com a minha pesquisa. Recebi ali o prestígio e reconhecimento que você me negou, fui abraçado com palavras e afetos de quem compartilha o mesmo ideal de mundo. Logo depois, eu me lembrei de você.

Com (des)afetos,

Victor de Jesus

3 CARTA-MANIFESTO CONTRA A COMPACTUAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS FRENTE AO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

Às pesquisadoras e aos pesquisadores: da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

Desde o período colonial, a população negra tem reivindicado vida e dignidade (vida digna). Desde aqueles tempos, a luta contra a escravidão, contra a falsa abolição e contra o racismo estiveram de mãos dadas com a luta contra a morte, as desigualdades raciais, o preconceito e a discriminação racial. Desde o marco fundacional da invasão colonial portuguesa e do tráfico transatlântico, a

resistência e a luta constituem modos necessários para fazer viver e deixar viver a população negra.

Na história recente, a “Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida e Cidadania”, em 1995, é explícita na sua reivindicação; diversas “Marchas anuais contra o extermínio da juventude negra” têm ressaltado o ativismo negro contra a violência policial e o genocídio da juventude negra periférica desde os anos 2000; e já no início da década de 2020, o movimento Vidas Negras Importam reivindicava a vida junto do Movimento Coalização Negra por Direitos, que protagonizou a campanha “Vida, Pão, Vacina e Educação” durante a pandemia.

De tantos modos, a luta prática pela vida e contra a morte tem sido parte da própria história da população negra desde os navios tumbeiros até os dias atuais, constituindo, assim, uma temática do tempo passado e presente do Brasil. Apesar disso, o descaso com que as Ciências Sociais no Brasil têm lidado com essa temática-realidade chama a atenção, instalando uma contradição na própria base do que interessa à ciência brasileira, afinal, se as Ciências Sociais pretendem estudar os problemas sociais, políticos e culturais no Brasil, por que as temáticas da morte, da violência racial e do genocídio têm sido ignoradas, se elas nos acompanham desde a invasão colonial?

Enquanto escrevia minha tese com dor, lágrimas e ódio, pensava no sono leve e confortável da branquitude acadêmica, que tem ocupado os cargos de líderes de pesquisa e de docentes universitários e está alheia aos problemas historicotidianos da maior parcela da população brasileira. Quais gritos e quais dores são dignas de serem escutadas e remediadas? Quais problemas sociais viram agendas de pesquisa e agendas políticas? Para que(m) serve uma Teoria Social que não lida com os problemas vivenciados pela maior parcela da população nacional? A que interesses servem as/os pesquisadoras/es das Ciências Sociais? Por que se calam? Por que isso não aparece nas suas pesquisas? É a culpa cristã? Ou isso é a essência da branquitude e da democracia racial na prática? É para defender e manter o status quo genocida e racista? Há gozo na nossa morte?

Ao longo da pesquisa, cada leitura, cada descoberta e cada notícia-caso de morte da população negra me levava a essas perguntas. Nesse caminhar, sobraram perguntas, indignação e raiva ao me deparar com séculos de gritos-denúncias da população negra diante do genocídio sistemático, histórico, estrutural e cotidiano que vivencia, e ao constatar a inércia, o silêncio, a conivência e a conveniência no

silêncio ensurdecedor da branquitude acadêmica brasileira. Isso é imoral e injusto! Neutralidade diante do genocídio é compactuação com o genocídio; calar-se (em suas pesquisas e na vida) diante de injustiças, violências, mortes e racismos é consentir e legitimar a sua perpetuação enquanto projeto de dominação racial calcado na morte, no higienismo racial e na eugenia.

Parte da branquitude tem orquestrado os genocídios desde sempre, outra parte tem se calado diante deles. Ambas estão de mãos dadas na estruturação-perpetuação do genocídio. Ambas estão produzindo artigos, liderando grupos de pesquisa, recebendo seus salários e negando o racismo à brasileira, e se omitindo das mortes, das violências raciais e dos genocídios no ensino, na pesquisa e na extensão. Que Ciências Sociais são essas, que nascem e morrem olhando para o espelho europeu e estadunidense, de costas para os problemas nacionais? Que pacto civilizatório comungam quando se calam diante da barbárie que nos aflige há cinco séculos?

As Ciências Sociais que nascem estudando “a questão racial como o problema do negro brasileiro”, ocultando a palavra racismo, uma vez mergulhada na ideologia da democracia racial freyreana, é a mesma que assinou as cartas contra as políticas de ações afirmativas. Intelectuais brancos especialistas na questão racial brasileira, mas que não falam da dimensão genocida, eugenista, higienista, necrófila do racismo. Como é possível falar de racismo sem falar de morte e violência racial, sem teorizar sobre as mortes físicas, sociais, simbólicas e políticas? Cadê a temática do genocídio, da violência racial e da morte nas teorias sociológicas, antropológicas e políticas produzidas no Brasil?

Diante disso, caberia perguntar: o silêncio é causa ou efeito do racismo brasileiro? O silêncio é sintoma e conveniência de Ciências Sociais brancas indiferentes às dores, mortes e problemas vivenciados pela população negra. Ciências Sociais estas que insistem em recusar o letramento racial e a leitura de intelectuais negras/os. Pois não adianta hoje homenagear Abdias Nascimento no Memorial da Sociologia Brasileira, se continuam a não ler seus escritos e a desconsiderar seus gritos, assim como continuam silenciando gritos-denúncias historicotidianos do Movimento Negro e dos coletivos negros.

A constituição e institucionalização do campo das Ciências Sociais no Brasil precisa se retratar à população negra (e originária) desse país, por não ter trazido o debate da morte, da violência racial e do genocídio no centro de suas agendas

de pesquisa, ensino e extensão. Por terem ignorado o genocídio e a morte como um eixo central da formação social brasileira. Por terem sido indiferentes à subjetivação em signos e sentidos da morte, do genocídio, da violência e do racismo, em seus processos de socialização, que produziram e emolduraram uma cultura político-afetiva higienista-eugenista, um jeitinho brasileiro genocida, um desejo naturalizado de aniquilar o outro negro-indígena.

Por terem contribuído para formar um jogo de imagens, discursos (retóricos) e espelhos de país cordial, feliz, da boa escravidão e da democracia racial enquanto ocultavam o sangue, a barbárie e os corpos violentados pelo racismo. Por terem desconsiderado que o racismo estrutura a nossa sociabilidade violenta e que o Estado historicamente tem sido perpetrador do genocídio da população negra, que sequer tem sido reconhecida como povo, cidadã, desejável. Por não terem confrontado o “monopólio da violência” weberiano, já que aqui (e nos países colonizados), o Estado tem consentido com a ação higienizadora de grupos de extermínio, de colonos, de latifundiários agropecuaristas, de bandeirantes, de mineradoras e de “cidadãos de bem”.

Por terem utilizado as teorias marxistas para ocultarem a racialidade do capitalismo (racial) e a imbricação entre o eixo capitalismo-racismo-escravidão-colonialismo com o eixo genocídio-violência racial. Por negligenciarem o papel das instituições sociais, políticas e simbólicas na naturalização e legitimação do genocídio enquanto processo-estrutura social, ignorando que o genocídio da população negra garante o funcionamento regular da sociedade e produz desejos mortuários. Por, ainda hoje, resistirem a compreender o caráter racializado da violência (urbana, no campo, policial); que a violência racial não é “apenas” física, mas também simbólica, política e social; e que cristianismo, a violência racial e o genocídio da população negra estão intimamente ligados.

É possível que as Ciências Sociais no Brasil coloquem os problemas nacionais como a morte, o genocídio e a violência racial nas suas agendas de ensino, pesquisa e extensão? É possível fomentar dossiês, fóruns, grupos de trabalho sobre isso? É possível engajar as Ciências Sociais Forenses? Qual será o papel ativo da branquitude acadêmica? Continuará sendo o de compactuação? É possível escutar o movimento negro, o cotidiano, a América Latina, a África, a Ásia, e suas/seus intelectuais não-brancas/os? Ou continuaremos mais um século sob o espelho imperialista-colonista da Europa e dos Estados Unidos?

Enfim, uma cultura democrática e de paz se faz com a mudança da polícia, do sistema de justiça, do posicionamento das lideranças religiosas cristãs, da cobertura da mídia e da percepção-educação crítica da sociedade, além de uma agenda de políticas de justiça e direitos sociais. A mudança desse cenário genocida não se faz com pombas brancas e orações nem com notas de repúdio e posts nas redes virtuais, mas com o posicionamento e compromisso de cada pessoa e instituição. Como as nossas pesquisas científicas têm contribuído para uma sociedade efetivamente igualitária, democrática, republicana e socioambientalmente justa, livre de racismos, desigualdades e violências?

*Com (des)afetos,
Victor de Jesus*

4 CARTA PARA A TURMA DE LABORATÓRIO DE PESQUISAS RACIALIZADAS (2023/02)

*À turma de Laboratório de Pesquisas Racializadas (2023/02),
Gostaria de compartilhar com vocês um pouco do que nossos em-com-outros significaram para mim e do que aprendi com vocês ao longo desse semestre. Escrevo essa carta ao som da playlist “Pretos no Topo”, no Spotify.*

O início do curso se deu muito antes das aulas em si. Eu me lembro da empolgação quando recebi autorização para criar um curso, e não meramente ter de ofertar uma disciplina obrigatória do currículo. Eu poderia ter caminhado pra um curso clássico sobre Teoria Racial que começasse com “Casa-Grande e Senzala”, mas era muito óbvio.

Enquanto pensava sobre que curso queria ofertar, pensei nas minhas trocas com discentes negras/os na pós-graduação, que frequentemente relatam não terem aprendido sobre escrita acadêmica e desenho de pesquisa, não terem sido formadas/os enquanto pesquisadoras/es e, sobretudo, não serem acolhidas/os em pesquisas racializadas. Com isso, muitas/os nem sonham com a pós-graduação ou reprovam nos processos seletivos.

Então, eu tinha a oportunidade de ofertar um curso que eu nunca tive na graduação, no mestrado nem no doutorado. Fiquei semanas matutando sobre que curso eu queria ter tido e qual a finalidade política da disciplina, no tom de “vou aprender a ler para ensinar meus/minhas camaradas” e de que “nós combinamos de não morrer” dentro da universidade.

Nesse importante momento, de decisão dos rumos do curso, fui atravessado por muitas questões: como acolher e fortalecer as pesquisas de discentes negras/os? Como pensar um currículo de um curso sobre questão racial na pós-graduação? Como ajudar discentes que desejam racializar suas pesquisas, mas não possuem instrumental para isso?

Por fim, optei por um curso que fosse teórico e de pesquisa prática, optei por trabalhar conceitos básicos que pudessem ser apropriados em pesquisas de diferentes áreas e objetos de análise, ao mesmo tempo que fizéssemos pesquisas juntas/os no laboratório de informática. Surgiu, então, a concepção da disciplina de Laboratório de Pesquisas Racializadas.

Eu ne recordo que, antes da aula começar, recebi o e-mail de um discente, perguntando se eu não mandaria o texto da primeira aula. Respondi que o primeiro dia de aula seria pra gente se conhecer, quando eu apresentaria e debateria com vocês a proposta do curso. Ele estava presente na aula e compartilhou conosco que essa era uma experiência nova pra ele, pois, noutra ocasião, ele fora prejudicado porque, no primeiro dia de aula, teve inúmeros textos aos quais ele não teve acesso. Eu fiquei impressionado e achei tão antipedagógica essa prática relatada por ele.

Lembro também que, nesse primeiro dia, vocês não colocaram qualquer objeção à proposta curricular e metodológica do curso, mas disseram que fariam críticas ao longo do curso, se identificassem algo a ser melhorado. E assim fizeram. Vocês se lembram de que as primeiras aulas não tinham slides, e, numa certa aula, resolvi fazer slides, e vocês pediram para adotar essa metodologia de aula expositiva? Depois disso, todas as aulas foram com slides. Além disso, acordamos ao longo do curso que leríamos o possível, entre a carga de leitura de cada aula. Vocês também sinalizaram, não foi bem um pedido, a importância de colocar a foto das/os autoras/es dos textos, em meio a um debate sobre visibilidade e representatividade da intelectualidade negra. Também incorporei isso.

Ao longo do curso também identifiquei algumas fragilidades, que busquei lidar. Por exemplo, identifiquei que algumas discentes tinham dificuldades com a leitura de alguns artigos, então trouxe técnicas de leitura e fichamento para a sala de aula. Outras tinham dificuldade com a escrita acadêmica e as citações, então inclui aula sobre formatação acadêmica e ABNT. Além das minhas limitações, de início, eu não entendi muito bem porque sempre chegavam atrasadas,

tampouco porque não respondiam os e-mails nem que fosse um “ok, recebido”. Fui racionalizando isso, embora isso ainda me cause um estranhamento.

Cada aula era um momento de muito preparo, cuidado e afeto. Eu me preparava dias antes, com as leituras dos textos, comprava um bolo e algumas frutas para o nosso em-com-outra. Aulas com as cadeiras em formato circular, em modo de roda de conversa, para discutir os atravessamentos do texto em cada uma. O interesse em saber como vocês chegavam em cada aula, uma escuta ativa. Os e-mails detalhados, com explicações, mensagens de afeto e indicações de leituras individuais e coletivas. Exercícios para serem feitos em casa, disponíveis semanas antes da entrega. A nomenclatura “exercício” ao invés de avaliação, e de “roda de conversa” ao invés de “seminário”, para não dar uma pressão. Feedback individual e coletivo nos exercícios, além de abertura para questionarem as correções e as notas dos exercícios. A gratificação na nota final por participação e frequência. Do formato de aula em roda de conversa à autoavaliação e à prática de dar feedback nos exercícios avaliativos, tudo foi pensado com afeto e cuidado.

Enfim, gostaria de agradecer a cada um(a) de vocês que finalizaram esse curso comigo, por não terem desistido e aceitado os desafios e as provocações. Começamos em 10, terminamos em 6. Agradeço pelas trocas, risadas e afetos em cada aula. Todo curso é dialógico. Não depende só de mim, não depende só de vocês. O curso se faz no em-com-outra, nas trocas e nos afetos. Ser docente se faz no em-com-outra com a /o discente, aliás somos sempre docentes e discentes de algum modo. Docente que ensina e que aprende porque é eternamente estudante, numa relação dialógica infinita que é ser aprendiz e professor. Por isso, agradeço por me ensinarem sobre mim, sobre o mundo e sobre ser docente também.

Durante um semestre, vocês fizeram parte das minhas quartas-feiras, da esperada quarta-feira. Nesses em-com-outras, aprendi a ser professor, aprendi a ser estudante nessa relação dialógica que é ensinaraprender. Aprendi também sobre as durezas da vida dentro e fora da universidade, aprendi sobre os assuntos de pesquisa de cada uma. Aprendi sobre ser, estar e transformar o mundo. Compartilhamos dores e risadas, comidas e cafés, gargalhando e lamuriando, confabulando estratégias e sonhos. Obrigado por terem aceitado o desafio que propus e terem chegado até aqui. Obrigado por me ajudarem a ser um ser melhor! A gente se refaz nos em-com-outras, e eu levo um pouco de vocês comigo. O curso terminou, mas nossos afetos continuam!

*Com Afeto,
Victor de Jesus*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos” (Evaristo, 2017).

As cartas trazidas aqui expressam a minha experiência como discente e docente negro na pós-graduação e revelam o quanto docentes-pesquisadores/as brancos/as são despreparados para lidarem com a temática racial e com a diversidade racial, manifestando isso na incapacidade de orientarem pesquisas com interface racial, no assédio moral para tentar convencer a/o discente de mudar o tema da pesquisa, no abandono de discentes negros/os, ou, ainda, na ausência de debate racial em sala de aula.

É importante pontuar que essas dinâmicas do racismo universitário expõem uma outra lacuna: a ausência de um currículo afrocentrado. Isso fica perceptível quando verifico que minha orientadora não teve um letramento racial na sua formação, tampouco ao longo da sua vida, e, conseqüentemente, não conseguia me orientar. Isso se verifica também no meu campo de pesquisa, no qual as/os pesquisadoras/es não tematizam a questão racial do fenômeno analisado, o que sugere uma lacuna na sua formação, no seu currículo.

Nesse sentido, o confinamento racial da branquitude na universidade re-orienta um currículo branco-eurocentrado, que colide diretamente com um currículo afrocentrado e com uma universidade pós-ações afirmativas. Assim, o currículo universitário oficial tem sido insuficiente em pluralizar as narrativas e experiências do que é o Brasil, enquanto o currículo oculto expõe os racismos na universidade, desde a ausência de autoras/es negras/os e temáticas raciais na ementa das disciplinas até o não acolhimento de estudantes negras/os e suas demandas para a permanência nesse espaço.

Dessa maneira, o racismo institucional na universidade, incluindo a pós-graduação, revela-se também no nível afetivo, presente na não escuta e na insensibilidade quanto às demandas e vivências de discentes negras/os. Por sua vez, isso demanda um letramento racial teórico, mas também vivencial, prático e afetivo, na medida em que esse currículo afrocentrado também implica a capacidade afetiva e empática de escutar e acolher pessoas negras no ambiente universitário.

Tendo isso em vista, é fundamental que: i) a formação e a capacitação sobre branquitude e racismo na educação-universidade sejam parte das políticas e dos planos de carreira docente (e técnico-administrativa); ii) haja políticas universitárias de assistência e acolhimento de discentes, docentes e técnicas/os administrativas/os negras/os da universidade; e iii) haja políticas de ações afirmativas para a promoção da equidade racial na carreira docente universitária; iv) seja obrigatória uma disciplina de letramento racial nos cursos de graduação e pós-graduação, não somente nas licenciaturas, além do currículo afrocentrado nas diferentes disciplinas.

Enfim, minha experiência e meu diálogo com outras/os discentes negras/os na pós-graduação sugerem que uma educação antirracista passa necessariamente por um currículo afrocentrado; pela oferta de recursos (emocionais, conceituais, teóricos e metodológicos) para o desenvolvimento humano, intelectual e afetivo de discentes, docentes e técnicas/os na universidade; e por um modo de ser ético-político-estético-poético que acolha e escute as vivências negras dentro e fora da universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 21 dez, 1996.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista*

USP, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./fev. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p88-103>

ECOLOGIAS do Narrar e Racismo Ambiental. [s. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (2 hr 8 min 44 seg). Publicado pelo canal Narradores da Maré. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q7ybgM9VAPo&t=5272s>. Acesso em: 12 ago. 2024

EVARISTO, Conceição. “Não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário”, diz Conceição Evaristo sobre escritoras negras. *TV Brasil*, Estação Plural, 8 jun. 2017. Disponível em <https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/06/nao-escrevemos-para-adormecer-os-da-casa-grande-pelo-contrario-diz-conceicao>. Acesso em: 12 ago. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

RAMOS, Andreia Teixeira. Marielle Franco, a potência da insubmissão! *Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 1, n. especial, p. 35-52, 2021a. Disponível em <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/835>.

RAMOS, Andreia Teixeira. *Geografia dos afetos: cartas, cartões postais, diário de campo e caderno de uma pesquisadora*. Vitória: Pedregulho, 2021b.

RAMOS, Andreia Teixeira. Narrativas autobiográficas de uma mulher negra: identidades sociais de raça e gênero. *Travessias*, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 15-34. 2019.

Sobre o autor:

Victor de Jesus: Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em Ciências Sociais pela UFES. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFES. Tecnólogo em Saneamento Ambiental pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Co-coordenador do Núcleo Capixaba de Estudos da Experiência Humana em Meio Urbano (URBES/UFES). **E-mail:** victordejesuscso@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-7623-9948>

Recebido em: 07/12/2023

Aprovado em: 19/03/2024